

A. I. Nº - 206825.0012/02-2
AUTUADO - MARIA RITA ANDRADE VEIGA
AUTUANTE - ANTONIO MEDEIROS DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 04/11/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0367-03/02

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. EXTRAVIO. MULTA. Infração comprovada. 2. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DIVERGÊNCIA NA DECLARAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SAÍDAS COM O LIVRO RAICMS. MULTA. Infração comprovada através do cotejo entre a DMA recepcionada via Internet, e o RAICMS. A retificação da DMA foi procedida em data posterior à ação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 19/08/2002, exige multas de R\$ 400,00 e de R\$ 120,00, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Extraviou Documentos Fiscais. Extraviou 100 notas fiscais de saídas, da série D-1, numeradas de 0751 a 850.
2. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através do DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS).

O autuado tempestivamente ingressa com defesa, fl. 22, e reconhece a infração 1, anexando DAE do recolhimento desta multa, pois as notas fiscais foram extraviadas. Quanto à DMA de 05/2001, diz que não existe a incorreção da mesma, pois o campo das saídas confere com os livros de Saídas e o Registro de Apuração do ICMS, salientando que o valor relatado pelo fiscal foi de R\$ 4.819,22, valor este não identificado na DMA. Pede a improcedência da multa de R\$ 120,00.

O autuante presta informação fiscal e aduz que comparou os valores contidos na DMA apresentada, fl. 12 do PAF, com as da pertinente página do livro RAICMS, que compõe a folha 14 do PAF. Diz que como estes valores não são idênticos, cobrou a multa.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração que imputa ao autuado a cobrança de multas pelo extravio de notas fiscais e pela declaração incorreta de dados na DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS). A primeira infração foi reconhecida pelo autuado, que inclusive fez a juntada ao PAF da xerox do recolhimento da multa, no valor de R\$ 400,00 (fl.25).

A controvérsia cinge-se à infração 2, em que o autuado anexa xerox da Declaração e Apuração Mensal do ICMS, fls. 23 a 24, onde consta saídas de mercadorias de R\$ 7.661,37, valor divergente do apontado pelo autuante, como tendo sido declarado na DMA.

Verifico no sistema de Informações do Contribuinte da SEFAZ, que o autuado procedeu à alteração do valor do ICMS anteriormente declarado, através da apresentação de DMA retificadora, em 22/08/2002, conforme documento que anexo, data esta posterior à lavratura e ciência do Auto de Infração em lide, assistindo razão ao autuante e sendo devida a multa no valor de R\$120,00.

Deste modo assiste razão ao autuante, pois os valores de saídas, declarados na DMA e no Livro Registro de Apuração do ICMS, relativos ao mês de maio de 2001, foram divergentes.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206825.0012/02-2**, lavrado contra **MARIA RITA ANDRADE VEIGA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas no valor total de **R\$ 520,00**, previstas no art. 42, XIX e XVIII, “c”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de outubro de 2002.

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – PRESIDENTE EM EXERÍCIO

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA